

UNIMED EXTREMO SUL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (VALORES EM R\$)

ATIVO	Nota	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		27.134.940,80	24.033.246,09
Disponível		2.874.700,35	356.049,92
Realizável		24.260.240,45	23.677.196,17
Aplicações Financeiras		16.792.882,86	15.642.081,37
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		10.814.793,70	9.778.199,40
Aplicações Livres		5.978.089,16	5.863.881,97
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		5.420.239,64	6.244.059,94
Contraprestações Pecuniárias a Receber		5.420.239,64	6.244.059,94
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		-	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		-	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		481.134,30	385.406,16
Despesas Diferidas		-	-
Créditos Tributários e Previdenciários		120.017,44	176.493,17
Bens e Títulos a Receber		1.428.235,35	1.144.297,68
Despesas Antecipadas		17.730,86	81.251,42
Conta Corrente com Cooperados		-	3.606,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.308.703,09	5.089.622,41
Realizável a Longo Prazo		1.412,07	19.843,45
Aplicações Financeiras		-	-
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	-
Aplicações Livres		-	-
Créditos Tributários e Previdenciários		-	-
Títulos e Créditos a Receber		1.412,07	1.412,07
Despesas de Comercialização Diferidas		-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		-	18.431,38
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		-	-
Conta-Corrente com Cooperados		-	-
Investimentos		675.815,62	325.287,30
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência		-	-
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência à Saúde		-	-
Participações Societárias em Rede Assistencial Não Hospitalar		-	-
Participações Societárias em Rede Hospitalar		-	-
Outros Investimentos		675.815,62	325.287,30
Imobilizado		4.631.475,40	4.744.491,66
Imóveis de Uso Próprio		4.224.837,21	4.299.013,66
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		-	-
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		4.224.837,21	4.299.013,66
Imobilizados de Uso Próprio		406.638,19	445.478,00
Hospitalares / Odontológicos		-	-
Não Hospitalares / Odontológicos		406.638,19	445.478,00
Imobilizações em Curso		-	-
Outras Imobilizações		-	-
Intangível		-	-
TOTAL DO ATIVO		32.443.643,89	29.122.868,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED EXTREMO SUL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (VALORES EM R\$)

PASSIVO	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		18.528.794,74	17.196.418,84
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		13.486.361,20	11.645.166,76
Provisões de Prêmios/Contraprestações		3.316.780,07	3.178.870,11
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG		3.193.344,71	3.087.703,50
Provisão de Insuficiência de Prêmios		-	-
Provisão para Remissão		123.435,36	91.166,61
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		235.099,48	356.287,64
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços		3.785.481,65	2.760.009,01
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		6.149.000,00	5.350.000,00
Outras Provisões Técnicas		-	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		-	-
Contraprestações/Prêmios a Restituir		-	-
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		-	-
Comercialização sobre Operações		-	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		-	-
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		-	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora		1.068.420,98	1.788.275,18
Provisões		-	-
Provisão para IR e CSLL		-	-
Provisões para Ações Judiciais		-	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.813.491,82	1.621.448,71
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		-	253,62
Débitos Diversos		1.362.733,95	1.448.512,12
Conta-Corrente de Cooperados		797.786,79	692.762,45
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.375.226,20	3.324.494,29
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		180.811,47	121.158,10
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG		-	-
Provisão de Insuficiência de Prêmios		-	121.158,10
Provisão para Remissão		180.811,47	121.158,10
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		-	-
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		-	-
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		-	-
Outras Provisões Técnicas		-	-
Provisões		366.847,28	385.445,40
Provisões para Tributos Diferidos		-	-
Provisões para Ações Judiciais		366.847,28	385.445,40
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.827.567,45	2.817.890,79
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.827.567,45	2.817.890,79
Tributos e Contribuições		362.358,91	1.755.052,38
Parcelamento de Tributos e Contribuições		1.465.208,54	1.062.838,41
Tributos e Contribuições Relacionadas à IN 20 (cooperativas) - Parcelamento		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		-	-
Débitos Diversos		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.539.622,95	8.601.955,37
Capital Social		7.801.366,89	4.925.090,68
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas		1.356.268,79	3.065.845,94
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais		-	-
Reservas de Reavaliação		64.022,54	64.022,54
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		1.292.246,25	3.001.823,40
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Resultado - Cooperativas		2.381.987,27	611.018,75
TOTAL DO PASSIVO		32.443.643,89	29.122.868,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED EXTREMO SUL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (VALORES EM R\$)

DESCRIÇÃO	Nota	2018	2017
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		70.619.215,95	61.191.892
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		72.332.559,76	62.930.350
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		72.332.559,76	62.930.350
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	-
Receita com Administração		-	-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	1.713.343,81	1.738.459
Eventos Indenizáveis Líquidos		55.221.011,61	44.593.946
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		54.422.011,61	44.002.446
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		799.000,00	591.500
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		15.398.204,34	16.597.945
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		4.032,00	3.708
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		3.817.334,23	4.252.665
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		-	-
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		-	-
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		-	-
Receitas com Operações de Assistência Odontológica (SUS)		-	-
Outras Receitas de Prestação de Serviços de Administradora de Benefícios		183.118,72	297.038
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência		-	-
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		3.040.170,27	3.311.463
Outras Receitas Operacionais		594.045,24	644.164
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		-	-
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde da Operadora	-	413.561,65	2.359.387
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		167.434,12	188.323
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-	-
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	-	684.592,33	1.652.213
Provisão para Perdas Sobre Créditos		103.596,56	895.497
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora		5.521.993,92	10.377.468
RESULTADO BRUTO		14.111.138,30	12.836.236,87
Despesas de Comercialização		545.097,93	653.057
Despesas Administrativas		10.046.207,82	9.918.070
Resultado Financeiro Líquido	-	797.439,06	1.750.138
Receitas Financeiras		1.673.153,91	2.025.008
Despesas Financeiras		2.470.592,97	3.775.147
Resultado Patrimonial		353.031,83	585.126
Receitas Patrimoniais		353.031,83	585.126
Despesas Patrimoniais		-	-
Resultado com Resseguro		-	-
Receitas com Resseguro		-	-
Despesas com Resseguro		-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		3.075.425,32	1.100.098,15
Imposto de Renda		194.446,57	273.980
Contribuição Social		78.640,78	107.273
Impostos Diferidos		-	-
Participações no Resultado		-	-
SOBRAS/(PERDAS) LÍQUIDAS		2.802.337,97	718.845,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



UNIMED EXTREMO SUL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(VALORES EM R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO/CAPITAL	RESERVA LEGAL	FATES	RESERVAS DIVERSAS	RESERVAS CONTINGÊNCIAS	SOBRAS/(PERDAS) ACUMULADAS	TOTAL
Saldo em 31.12.16	4.155.342,15	-	418.991,50	209.496,25	64.023,00	1.849.289,60	1.017.290,52	7.714.433,02
Integralização de Capital Social	339.946,68							339.946,68
Incorporação de Sobras conforme AGO	508.645,40						(508.645,40)	-
Capital revertido ref. cooperados excluídos	(78.843,19)							(78.843,19)
Distribuição de Sobras / Perdas conforme AGO								-
Constituição de Reserva p/ Contingência						508.645,41	(508.645,41)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores								-
Resultado do Exercício							718.845,59	718.845,59
Constituição FATES				35.942,28			(35.942,28)	-
Utilização do FATES				(92.425,65)				(92.425,65)
Constituição de Reservas			71.884,56				(71.884,56)	-
Saldo em 31.12.17	4.925.091,04	-	490.876,06	153.012,88	64.023,00	2.357.935,01	611.018,46	8.601.956,45
Integralização de Capital Social	288.005,34							288.005,34
Incorporação de Reservas de Cont. ao Capital	2.000.000,00					(2.000.000,00)		-
Incorporação de Sobras conforme AGO	611.018,45						(611.018,45)	-
Capital revertido ref. cooperados excluídos	(22.748,04)							(22.748,04)
Distribuição de Sobras / Perdas conforme AGO								-
Constituição de Reserva p/ Contingência								-
Ajuste de Exercícios Anteriores								-
Resultado do Exercício							2.802.337,97	2.802.337,97
Constituição FATES				140.116,90			(140.116,90)	-
Utilização do FATES				(129.927,85)				(129.927,85)
Constituição de Reservas			280.233,80				(280.233,80)	-
Saldo em 31.12.18	7.801.366,79	-	771.109,86	163.201,93	64.023,00	357.935,01	2.381.987,28	11.539.623,87

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Gerson Andrade Caldas
 Contador Responsável
 CRC: 019446/O-4

Jorge Elias de Carvalho
 Presidente



UNIMED EXTREMO SUL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
MÉTODO DIRETO
(VALORES EM R\$)

DESCRIÇÃO	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.371.992,00	- 686.624
Recebimentos de Plano Saúde (+)	90.167.477,63	81.392.472,37
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	3.853.813,25	11.724.176,60
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras (+)	873.660,25	1.191.919,21
Outros Recebimentos Operacionais (+)	23.698,61	39.094,07
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	67.565.155,96	60.311.315,04
Pagamentos de Comissões (-)	404.249,70	39.407,90
Pagamentos de Pessoal (-)	3.288.290,37	3.276.405,80
Pagamentos de Pró-Labore (-)	730.400,00	683.200,00
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	2.077.874,38	3.133.973,35
Pagamentos de Tributos (-)	8.340.668,36	6.541.781,90
Pagamentos de Contingências (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		
Pagamentos de Aluguel (-)	72.000,00	79.000,00
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	22.758,31	35.909,51
Aplicações Financeiras (-)	6.143.507,25	14.849.697,12
Outros Pagamentos Operacionais (-)	3.901.753,41	6.083.595,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 171.237,22	- 152.974
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar (+)		
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros (+)		
Recebimento de Venda de Investimentos (+)		
Recebimentos de Dividendos (+)		
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento (+)	58.587,69	
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)		
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	229.824,91	152.844,01
Pagamento Relativos ao Ativo Intangível (-)		
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas (-)		
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento (-)	-	130,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	317.895,65	357.698
Integralização Capital em Dinheiro (+)	317.896	357.698
Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)		
Títulos Descontados		
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento (+)		
Pagamentos de Juros e Encargos sobre Emprést./Financiam./Leasing (-)		
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)		
Pagamento de Participação nos Resultados (-)		
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.518.650	- 481.900
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalentes de caixa	356.050	837.950
(=) Saldo Final de Caixa e equivalentes de caixa	2.874.700	356.050
(Redução)/Aumento do Saldo do Caixa e equivalentes de caixa	2.518.650	- 481.900
Ativos Livres no Início do Período (*)	15.998.131	12.058.524
Ativos Livres no Final do Período (*)	19.667.583	15.998.131
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - Recursos Livres	3.669.452	3.939.607

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isto é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate


 Gerson Andrade Caldas
 Contador Responsável
 CRC: 019446/O-4


 Jorge Elias de Carvalho
 Presidente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

VALORES EM R\$

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A entidade iniciou suas operações em 20/08/1992, conforme registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 346209 e tem por objetivos a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços assistenciais médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos bem como operar e comercializar os planos privados de assistência à saúde nos termos da legislação aplicável.

É seu objetivo ainda a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas.

NOTA 2 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A entidade atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os preceitos da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/71) e no que couber, às normas relativas as sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) e alterações posteriores como a Lei nº 11.638/07, e obedecem ainda a legislação emanada pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, como também parcialmente os aspectos relacionados às Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e as regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovadas pela ANS. A entidade também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

Autorizamos, na data de 15/02/2019 a conclusão e elaboração das demonstrações contábeis.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata temporis*, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b) Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

c) Ciclo operacional

Os ativos e passivos circunscritos em um período previsto até o final do exercício seguinte estão classificados como curto prazo e os excedentes como longo prazo.

d) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao valor de aplicação acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. As aplicações financeiras são avaliadas pelo seu valor justo.

e) Contas a Receber e Provisão para Perdas Sobre Créditos

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3 da Resolução Normativa nº 418 da ANS e transcritos abaixo:

10.2.3.1 Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

10.2.3.2 Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

10.2.3.3 Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

f) Estoques

Estão avaliados pelo custo de aquisição através do método de custo médio ponderado reduzido por estimativas de perdas para ajustá-los ao preço de mercado.

g) Investimentos

São representados por participações em empresas controladas e coligadas e avaliados pelo método da equivalência patrimonial (se aplicável). Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição. Entendemos que os valores das investidas não necessitam de provisão no encerramento do exercício.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens ou no prazo que a entidade pretende permanecer com estes bens em uso, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 08.

Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.

Através de avaliação e formalização interna da cooperativa, a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

i) Ativo Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida.

j) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta, ou ainda da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 209/09 e nº 290/2012.

A Provisão para Remissão foi calculada através de Nota Técnica Atuarial Própria aprovada em 23/09/2011, por meio do ofício nº 3836/2011/GGAME (GEAOP)/DIOPE/ANS.

l) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na sua totalidade. A operadora, ao final de cada mês, reconhece os eventos ocorridos e não avisados mediante a constituição da PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

m) Plano de Contas

O Plano de Contas utilizado pela entidade é o estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Normativa nº 418 de 26 de dezembro de 2016.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados sobre operações com não-cooperados (atos não cooperativos).

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em notas explicativas.

Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação dos assessores jurídicos sobre as probabilidades de êxito.

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O total de aplicações garantidoras de provisões técnicas é de R\$ 10.814.793,70 (R\$ 9.778.199,40 em 2017) enquanto que o total de aplicações livres é de R\$ 5.978.089,16 (R\$ 5.863.881,97 em 2017).

NOTA 6 - OPERAÇÕES NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Registra os direitos a receber e a pagar com outras operadoras pelo atendimento a seus usuários (intercâmbio), tendo como total a receber em 31/12/2018 o saldo de R\$ 1.089.854,39 (R\$ 991.964,87 em 2017) e a pagar em 31/12/2018 o montante de R\$ 1.779.553,04 (R\$ 312.388,74 em 2017).

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

Os investimentos compreendem participações em outras empresas, notadamente cooperativas, e foram avaliados pelo custo de aquisição. São eles:

Investidas	2018	2017
Central Nacional Unimed	46.313,88	42.027,11
Unimed do Estado da Bahia	37.355,21	37.355,21
Unimed Participações	290.463,16	236.402,24
Unicred	2.629,68	2.164,68
Sicoob Teixeira de Freitas	299.053,69	7.338,06
Total	675.815,62	325.287,30

NOTA 8 - IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo imobilizado da entidade estava assim composto:

Itens	Valor Original	Depreciação	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Terrenos	362.835,09	-	362.835,09	362.835,09
Edificações	299.587,73	- 161.812,29	137.775,44	142.748,60
Edificações - Nova Sede	4.168.873,05	- 444.646,37	3.724.226,68	3.793.429,97
Máquinas e Equipamentos	510.363,37	- 286.276,06	224.087,31	282.317,35
Equipamentos de Informática	271.304,64	- 230.853,07	40.451,57	48.844,70
Móveis e Utensílios	272.240,15	- 213.242,93	58.997,22	66.105,71
Veículos	366.343,95	- 283.241,86	83.102,09	48.210,24
Total	6.251.547,98	-1.620.072,58	4.631.475,40	4.744.491,66

Segue abaixo quadro de movimentação do ativo imobilizado no ano de 2018:

Descrição	2017	2018			
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Valor Contábil Líquido
Terrenos	362.835,09	-	-	-	362.835,09
Edificações	142.748,60	-	-	- 4.973,16	137.775,44
Edificações – Nova Sede	3.793.429,97	-	-	- 69.203,29	3.724.226,68
Máquinas e Equipamentos	282.317,35	3.319,72	-	- 61.549,76	224.087,31
Equipamentos de Informática	48.844,70	9.831,69	-	- 18.224,82	40.451,57
Móveis e Utensílios	66.105,71	999,00	-	- 8.107,49	58.997,22
Veículos	48.210,24	58.892,80	-	- 24.000,95	83.102,09
Total	4.744.491,66	73.043,21	-	- 186.059,47	4.631.475,40

NOTA 9 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS

A redução ao valor recuperável dos ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por redução do ativo, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. A CPC em pauta, em conjunto com outras CPC's, determina na essência que todos os ativos são suscetíveis a redução do valor do ativo. Em 31 de dezembro de 2018 realizamos testes em nossos ativos conforme descrito abaixo:

- Caixa e Equivalente de Caixa – Todos os nossos valores estão em instituições financeiras seguras, que não demonstram significativas dificuldades financeiras

e nem processos de falência (Resolução CFC 1.196/09 – CPC 38 – pontos 59 “a” e “b”).

- Valores a Receber – As Operações com Planos de Saúde e Assistenciais tiveram testes de redução do valor do ativo seguindo as regras descritas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar através da Resolução Normativa nº 418, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3. Os valores relevantes fora do grupo de Operações de Crédito com Planos de Saúde e Assistenciais são Créditos Tributários. Não realizamos testes de redução do valor destes ativos.
- Outros Ativos – Dentro de outros ativos, destacamos como valores relevantes os grupos de Terrenos e Edificações. Realizamos testes de redução do valor destes ativos.

NOTA 10 - PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas foram calculadas conforme descrito na nota referente às principais práticas contábeis.

O saldo da Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6.149.000,00 (R\$ 5.350.000,00 em 2017) representando 100% da provisão integral (100% em 31 de dezembro de 2017).

O saldo da provisão para Remissão em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 304.246,83 (R\$ 212.324,71 em 2017) havendo R\$ 123.435,36 (R\$ 91.166,61 em 2017) alocados no passivo circulante e R\$ 180.811,47 (R\$ 121.158,10 em 2017) alocados no passivo não circulante.

NOTA 11 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pela participação de 188 cooperados (182 cooperados em 2017), atingindo o montante de R\$ 7.801.366,89 (R\$ 4.925.090,68 em 2017), sendo R\$ 7.801.366,89 de Capital Realizado (R\$ 4.925.090,68 em 2017) e R\$ 776.697,34 de Capital a Realizar (R\$ 573.811,44 em 2017).

NOTA 12 - FATES E FUNDO DE RESERVA

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é constituído pela destinação de 5% das sobras líquidas do exercício e pela destinação do resultado apurado nos atos não cooperativos. Seu montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 140.116,90, sendo utilizado para compensação às despesas constituídas dentro das prerrogativas legais de sua utilização no valor de R\$ 129.927,85 (R\$ 153.012,30 em 2017).

A Reserva Legal é constituída pela destinação de 10% das sobras líquidas do exercício. Seu montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 771.109,70 (R\$ 490.875,90 em 2017).

NOTA 13 - CONSTITUIÇÃO DE FATES E FUNDO DE RESERVA

Conforme regras descritas no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971 e esclarecidas pela Resolução CFC 1.013/05, registramos abaixo a nossa base para o cálculo de constituição do Fundo de Reserva e do FATES.

Descrição	2018	207
Resultado do Exercício – DRE	2.802.337,97	718.845,59
Resultado de Atos Não Cooperativos destinados ao FATES – Art. 87 da Lei 5.764/71	-	-
Sobras e Perdas do Exercício	2.802.337,97	718.845,59
Fundo de Reserva – 10%	280.233,80	71.884,56
FATES – 5%	140.116,90	35.942,28
Sobras à disposição da Assembleia	2.381.987,27	611.018,75

NOTA 14 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da entidade estão cobertos por seguros em montante considerado adequado pela Administração para a eventual reposição em caso de ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

NOTA 15 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E CÍVEIS

A entidade é ré em 79 processos judiciais sendo 11 classificados como perdas prováveis no valor de R\$ 366.847,28 e outros 27 classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 1.079.851,94. O montante considerado como provável está provisionado na sua totalidade.

NOTA 16 - GARANTIAS FINANCEIRAS

A Resolução Normativa nº 392 da ANS estabelece a necessidade de estabelecer garantias financeiras para as provisões efetuadas de acordo com o estabelecido na Resolução Normativa nº 209 da ANS.

A entidade possui em 31 de dezembro de 2018 aplicações garantidoras de provisões técnicas vinculadas no montante de R\$ 10.814.793,70 (R\$ 6.070.243,34 em 2017) junto aos Bancos abaixo discriminados:

- Caixa Econômica Federal: R\$ 9.757.658,43 (R\$ 5.562.603,28 em 2017);
- Sicoob: R\$ 1.057.135,27 (R\$ 507.640,06 em 2017).

NOTA 17 - SEGREGAÇÃO DE EVENTOS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar intitulado EVENTOS MÉDICO-HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS está consistente com os valores do grupo 4111.

O quadro abaixo foi preenchido com os valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações.

- Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei nº 9.656/1998:

	Consultas	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Despesas	Total
Rede Própria	857.375,50	1.247.808,53	209.446,05	2.226.547,74	24.609,13	53.981,34	4.619.768,30
Rede Contratada	0,00	530.177,89	218.334,28	2.923.669,45	1.035,95	76.470,34	3.749.687,91
Reembolso	239.072,13	988.852,95	128.029,73	2.331.426,53	48.900,91	126.003,51	3.384.141,50
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	618.303,37	2.766.839,37	555.810,06	7.481.643,72	74.545,99	256.455,18	11.753.597,70

(*) O total geral deve ser equivalente ao total da conta 41111102.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A Resolução CFC 1297/10 e o CPC 05, no ponto 20, citam a obrigação de registrar em notas explicativas o montante a pagar e a receber das partes relacionadas. Destacamos entre as nossas partes relacionadas os nossos membros estatutários e as pessoas jurídicas ligadas aos mesmos. As transações com partes relacionadas se referem apenas a cédulas de presença, não sendo de valores relevantes no contexto da cooperativa.

NOTA 20 - MARGEM DE SOLVÊNCIA

A entidade apresenta Margem de Solvência suficiente em relação ao disposto na Resolução Normativa nº 209 da ANS alterada pela Resolução Normativa nº 313 de 23 de novembro de 2012.

NOTA 21 - RESSARCIMENTO AO SUS

A cooperativa provisionou o total de Ressarcimento ao SUS constante no site da ANS acrescido das correções por atraso. O total provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 235.099,48 (R\$ 356.287,64 em 2017), sendo um valor composto maior que o designado na planilha de ressarcimento ao SUS extraída do site da ANS cuja informação compete ao montante de R\$ 187.707,26 (R\$ 228.670,97 em 2017).

NOTA 22 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Na elaboração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos consideramos ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa em conformidade com a NBC TG 03 (R2), aprovada pela Resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade. Foram realizados ajustes referentes às Depreciações.

NOTA 23 – MUDANÇA NA POLÍTICA CONTÁBIL DA OPERAÇÃO DE CUSTOS ASSISTENCIAIS (REDE CREDENCIADA E COOPERADOS).

No exercício de 2018 a entidade efetuou uma mudança na política contábil de apropriação dos custos assistenciais que antes era realizada considerando o período ocorrido e não quando efetivamente esses valores eram reconhecidos quando chegavam à informação da operadora (aviso realizado pelo envio dos XML's pelos prestadores de serviços credenciados ou cooperados), acarretando atrasos superiores há 30 dias para o devido fechamento contábil, além de impactar no reconhecimento por competência dos Tributos, pois os mesmos eram reconhecidos no mês posterior à apropriação contábil, como regime puramente de caixa. A adequação se fez possível e obrigatória, aplicando ao descrito na RN 418, onde o reconhecimento tem que ocorrer no momento em que a entidade é avisada pelo evento ocorrido e de fato se tem o conhecimento, e, para os ajustes das disparidades entre a realização do evento pelo beneficiário e a chegada do aviso referente ao evento na operadora, há a existência da PEONA (Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados) a qual serve para lastrear e complementar a correta apropriação da competência, dentro do que está ratificado na RN 418.

Por esse motivo, aplicamos o contido no CPC – 23, aplicando a mudança na política contábil, resultando em informações mais confiáveis e relevantes, tendo sua aplicabilidade



na competência de abril de 2018, trazendo impactos positivos estimados no período de R\$ 2.996.308,93, e a partir daí utilizando de forma prospectiva a apropriação na nova metodologia, por ser impraticável a determinação do impacto estimado em períodos anteriores.

NOTA 24 - COMPARTILHAMENTO DE RISCO (RN 430/2017)

Adoção da RN 430/2017:

Conforme requerido pela RN 430, de 07 de dezembro de 2017, esta Unimed adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram integralmente registrados no mês de dezembro/2018 e foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimed (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram da seguinte maneira:

Como Unimed Prestadora: Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento por esta Unimed, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como “Eventos Indenizáveis” – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS e as faturas emitidas são contabilizadas como “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”, grupo 31112 do Plano de Contas da ANS.

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430, no ano de 2018, foram efetivados no mês de dezembro de 2018. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, foi no regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 41112 e 31112 conforme normativa vigente. O total contabilizado como prestadora no ano de 2018 foi de R\$ 17.744.147,67.

Como Unimed Origem: Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários desta Unimed em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados na conta redutora da receita “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”, Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS. O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os artigos nºs 16, 17 e 18, mesmo que



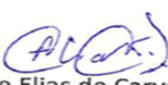
intempestivos, ocorreram no exercício de 2018, para atender o disposto a RN nº 430 que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. O reconhecimento da corresponsabilidade transferida foi aplicado aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117. Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual. O total contabilizado como origem no ano de 2018 foi de R\$ 14.471.232,59.

Os saldos contábeis referentes a 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017.

Teixeira de Freitas - BA, 31 de dezembro de 2018.



Gerson Andrade Caldas
Contador Responsável
CRC: 019446/O-4



Jorge Elias de Carvalho
Presidente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Cooperados da
UNIMED EXTREMO SUL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Teixeira de Freitas - BA**

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da UNIMED EXTREMO SUL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração, o qual deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório de Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, iremos comunicar a questão aos responsáveis pela governança.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 15 de fevereiro de 2019.



MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável
CRC/RS 017883/O-T-MG

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427